



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

14/07/2022



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Sem correção, Imposto de Renda atingirá quem recebe 1,5 salário mínimo

Com a previsão de um salário mínimo de R\$ 1.294 em 2023, os brasileiros que ganharem 1,5 salário mínimo (R\$ 1.941) vão ter de pagar o Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) a partir do ano que vem se a tabela não for corrigida. Isso significa que R\$ 2,77 devem ser descontados todo mês do contracheque desses trabalhadores. Hoje, quem ganha 1,5 salário mínimo (R\$ 1.818) é isento do IR.

O quadro revela uma situação agravada nos últimos anos em que cada vez mais pessoas com renda baixa passaram a pagar o imposto. A razão é o congelamento do limite da faixa de isenção da tabela do IRPF em R\$ 1.903. Ele é o mesmo desde 2015, quando o salário mínimo era de R\$ 788. Pagava imposto quem ganhava acima de 2,4 mínimos (hoje, o correspondente a R\$ 2.908). Quando o Plano Real entrou em vigor, em julho de 1994, a faixa de isenção do IR era de R\$ 561,81, o correspondente a oito salários mínimos à época (de R\$ 70).

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovada nesta quarta-feira, 12, pelo Congresso prevê um reajuste do mínimo de R\$ 1.212 para R\$ 1.294. O valor deve subir ainda mais por causa da inflação em alta. O próprio Ministério da Economia já revisou para cima as estimativas do reajuste e prevê o mínimo em R\$ 1.310 a partir de janeiro do ano que vem. Se concretizar, quem ganha 1,5 salário mínimo (R\$ 1.965) terá R\$ 4,57 descontados todo mês.

Simulações feitas a pedido do Estadão pela tributarista Elisabeth Libertuci, sócia do escritório com o mesmo nome, mostram que quem tem renda menor poderá ter um aumento expressivo de imposto. Com o salário em R\$ 1.294, o imposto pago sobe 141%. Já com o salário em R\$ 1.310,17, a mordida do Leão ficará 169% maior para o grupo de pessoas com renda mais baixa. Para quem ganha R\$ 2 mil de salário, por exemplo, a diferença do imposto a ser pago a mais chega a 10% por mês se o mínimo for de R\$ 1.294 - o equivalente ao desconto de R\$ 7,20 todo mês. O peso do aumento cai à medida que a renda do contribuinte é maior.

Saiba mais em: A Tribuna, quinta-feira 14 de julho.

Classe média sentirá medidas do governo antes de famílias mais pobres

Os mais pobres, cujo voto o presidente Jair Bolsonaro (PL) tenta conquistar em sua busca pelo segundo mandato, podem demorar mais tempo para sentir uma melhora de vida com os pacotes de benefícios lançados pelo governo às vésperas da eleição.

Entre as principais medidas está a ampliação do Auxílio Brasil, de R\$ 400 para R\$ 600, até o fim do ano e zerar a fila de espera do programa. Ampliar o Auxílio Gás para R\$ 120 e criar um benefício, de R\$ 1.000, para caminhoneiros, também fazem parte do texto. O governo também se mobilizou para cortar os impostos sobre combustíveis e tentar segurar a inflação.

Na avaliação de economistas ouvidos pela Folha, porém, é preciso relativizar os efeitos do pacote pré-eleitoral de Bolsonaro e não há garantia de que ele aumente o bem-estar, sobretudo dos mais pobres, até outubro.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 14 de julho.

Procon-SP mostra aumento de 2% na cesta básica em junho

O levantamento mensal do Procon-SP com o Dieese mostrou um aumento de 2,07% na cesta básica em junho na comparação com o mês anterior, chegando a R\$ 1.251,44.

Conforme a pesquisa, que será divulgada nesta quarta (13), todos os grupos pesquisados subiram, com destaque para os produtos de higiene pessoal (5,30%), seguidos por limpeza (2,28%) e alimentação (1,78%).

No ano, o preço da cesta de produtos subiu 15,02%.

Dos 39 itens pesquisados, na variação mensal, 28 apresentaram alta, dez diminuíram e um permaneceu estável.

O levantamento confirma a pressão da margarina (10,95%), produto que mais subiu no mês passado, impulsionada pela demanda mundial pela soja.

Na outra ponta, o preço da batata caiu em junho, com o quilo custando 11,79% menos.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 14 de julho.

Câmara aprova PEC que expande benefícios sociais em ano eleitoral e texto vai à promulgação

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (13) a proposta que atropela as leis que versam sobre eleições e contas públicas para permitir ao governo turbinar benefícios sociais em meio à corrida pelo Palácio do Planalto, o que tem potencial de impulsionar a popularidade do presidente Jair Bolsonaro (PL) na disputa com Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A PEC (proposta de emenda à Constituição) que dá aval ao pagamento de novos benefícios à população contém sete medidas. Entre elas, ampliação do Auxílio Brasil de R\$ 400 para R\$ 600 até o fim do ano, duplicação do Auxílio Gás para cerca de R\$ 120 e a criação de um vale de R\$ 1.000 para caminhoneiros.

Além disso, o texto prevê um auxílio para taxistas, repasse de recursos para evitar aumento de preços no transporte público, subsídios para o etanol e reforço de verba no programa de aquisição e doação de alimentos. O custo total é estimado em R\$ 41,25 bilhões.

A medida teve amplo apoio e recebeu votos inclusive da oposição —que apontou viés eleitoreiro na proposta, mas se disse favorável a enviar mais recursos à população.

Na votação final, em segundo turno, o texto-base foi aprovado por 469 votos a 17 —precisava de ao menos 308 votos para passar. Foram mantidos pelos deputados, inclusive, os trechos que reconhecem haver um estado de emergência no país em decorrência da elevação dos preços de petróleo —dando mais segurança jurídica para o governo executar as medidas ao diminuir receios de impedimentos legais, sobretudo ligados ao processo eleitoral.

Como não houve mudança de mérito em relação ao Senado, a PEC segue agora para promulgação —o que deve ocorrer nos próximos dias.

A PEC é uma das apostas de Bolsonaro para tentar melhorar seu desempenho nas pesquisas de intenção de voto. Atualmente, ele aparece em segundo lugar, atrás do ex-presidente Lula.

A votação ocorreu um dia após Lira suspender a sessão por causa de falhas na internet e inconsistências no sistema de votação da Câmara dos Deputados. A Polícia Federal abriu investigação preliminar para apurar os problemas técnicos.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 14 de julho.

Vendas no varejo do Brasil perdem força e sobem abaixo do esperado

O volume de vendas do comércio varejista no Brasil mostrou relativa estabilidade em maio, com leve avanço de 0,1% ante abril, apontam dados divulgados nesta quarta-feira (13) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Trata-se do quinto resultado positivo em sequência. A variação de 0,1%, porém, foi a menor desse período, o que sinaliza uma perda de fôlego do varejo em meio aos impactos da inflação elevada.

As altas do setor chegaram a 2,3% em janeiro, 1,4% em fevereiro, 1,4% em março e 0,8% em abril, segundo dados revisados pelo IBGE.

O avanço de 0,1% em maio veio bem abaixo das expectativas do mercado financeiro. Analistas consultados pela agência Reuters projetavam ganho de 1%.

Cristiano Santos, gerente da pesquisa do IBGE, destacou que o novo resultado mostra um "cenário de estabilidade".

Segundo o instituto, as vendas do comércio continuam 3,9% acima do patamar pré-pandemia, de fevereiro de 2020.

"Observamos uma retomada no comércio varejista, mas vem de uma base baixa, dezembro, e sempre fazendo um acúmulo menos intenso ao longo desses meses", afirmou Santos.

Na série sem ajuste sazonal, o setor recuou 0,2% frente a maio de 2021. Foi a primeira taxa negativa após três meses de altas. A expectativa de analistas era de ganho de 2,6%, conforme a Reuters.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 14 de julho.